



Ministério do Meio Ambiente
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

Procedência: **9º GT Animais Silvestres – VERSÃO LIMPA**

Data: **10 e 11 de janeiro de 2007**

Processo nº. **02000.001100/2004-11**

Assunto: **Criação, Termo de Guarda e Proteção contra Maus Tratos aos Animais Silvestres**

Tema: **Maus-Tratos aos Animais**

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno;

Considerando que cabe ao Poder Público, nas esferas Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, além da coletividade, concentrar esforços no sentido de proteger o meio ambiente, a flora e a fauna, garantindo à sociedade um ambiente ecologicamente equilibrado a que se referem os incisos VI e VII do art. 23 e o art. 225 da Constituição Federal, vedadas às práticas que submetam os animais à crueldade;

Considerando o Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934, de proteção aos animais; **(VERIFICAR A SITUAÇÃO LEGAL DO DECRETO)**

Considerar **LEGISLAÇÃO DO MAPA, REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL APROVADO PELO DECRETO DE Nº.30.691, DE 29/03/1952. (MAPA VAI ENVIAR)**

CONSIDERAR NORMA DA IATA(PUBLICAÇÃO – MAPA VAI ENVIAR)

Considerar a Lei nº. 6.638, de 08 de maio de 1979, que estabelece normas para a prática didático-científicas de vivissecação de animais.

Considerando ainda a necessidade de regulamentar o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e o art. 17 do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para a proteção dos animais - exceto os humanos - na República Federativa do Brasil, visando defendê-los de abusos, maus-tratos e outras condutas cruéis.

Art. 2º Para efeito de aplicação dessa Resolução, adotam-se as seguintes definições:

I - as espécies animais podem ser:

OBS. MAPA – LEVAR EM CONSIDERAÇÃO AS DEFINIÇÕES CONTIDAS NA LEI 9.605 E A PORTARIA xxx (?), QUESTIONANDO SE PODE HAVER DEFINIÇÕES NO ÂMBITO DA RESOLUÇÃO.

a) silvestres: considera-se o que está previsto na Lei 9.605/98

a1) silvestres: todos aqueles animais pertencentes às espécies cujas populações, originalmente, sobrevivem em vida livre, sujeitas à seleção natural; e **(REMETER À CTAJ PARA PARECER; NO CASO DE JURIDICAMENTE INACEITÁVEL, CONSIDERAR A ALÍNEA “A”)**

b) domésticas: considera-se o previsto pelo Órgão Ambiental competente.

II - quanto ao objetivo da utilização:

a) animais de produção: são todos aqueles animais domésticos destinados à reprodução e à produção de produtos e subprodutos;

b) animais de trabalho: são todos aqueles animais domésticos utilizados como auxiliares ao trabalho humano; e

c) animais de estimação: aquele animal mantido em cativeiro pelo homem para sua companhia, sem propósito de abate e, não necessariamente, de reprodução.

III - ferir: ação que produza chaga, fratura ou contusão;

IV - mutilar: privar de qualquer parte do corpo, de forma a comprometer a fisiologia ou o comportamento usual do animal; privar de algum órgão, membro do corpo ou parte dele;

V – Ato de abuso **(AGUARDANDO DEFINIÇÃO DA SIMONE - PROANIMA e ROBIS – PMA/SP)** uso errado ou injusto..

VI – alterações psicológicas:**(AGUARDAR PROPOSTA LILIANE – PROANIMA E WSPA)**

VII – bem-estar animal: característica animal mensurável cientificamente a partir de conhecimento prévio da biologia do animal e métodos usados por ele para manter sua homeostase comportamental, inclusive psicológica. As medições científicas de baixo bem-estar incluem redução da expectativa de vida, redução da habilidade de crescer e reproduzir-se, mutilação corporal, sensações psicológicas de dor, ansiedade e medo, doença, imunossupressão, dificuldade para manter homeostase comportamental, alterações comportamentais para manter homeostase corporal e mental, patologias comportamentais, autonarcotização, mostras de extensões de aversão comportamental, mostras de supressão de comportamentos normais e alterações dos processos de desenvolvimento psicológico e anatômico. As medidas científicas de bom bem-estar incluem os indicadores psicológicos e comportamentais de prazer e uma alta taxa de variabilidade de comportamentos normais; **(AGUARDANDO REFORMULAÇÃO DO CONCEITO DE BEM-ESTAR – SIMONE – PROANIMA)**
(O MAPA VAI TRAZER A DEFINIÇÃO DE BEM-ESTAR ANIMAL DE UM ACORDO DO QUAL O BRASIL É SIGNATÁRIO)

VIII - vivisseção: experimento invasivo realizado em animal vivo;

IX - abandono: eximir-se da responsabilidade de cuidar de animal sob sua guarda sem que outro se responsabilize pela manutenção do seu bem-estar.

IX - abandono: eximir-se da responsabilidade de cuidar de animal sob sua guarda. (Proposta Prefeitura – RJ) **SEM CONSENSO**

Art. 3º Todos os animais existentes no País estão sob a tutela do Estado.

Parágrafo único - Compete ao Poder Público e à coletividade preservar a fauna para as presentes e futuras gerações e combater a crueldade contra os animais, defendendo-os do extermínio, da exploração abusiva, do sofrimento e da morte desnecessária e de todas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou provoquem a extinção de espécies.

Art. 4º A presente resolução não se aplica aos animais nocivos capazes de ocasionar prejuízos ao meio ambiente, a saúde pública e a agricultura desde que assim caracterizado pela autoridade competente. **(ARTIGO AGUARDANDO MELHOR DEFINIÇÃO – ANDRÉ DEBERDT E ROBERTO CABRAL / IBAMA)**

Art. 5º Considera-se abuso ou maus-tratos contra os animais, entre outras condutas cruéis:

(INCISOS TRANSFERIDOS DO ART 9º, CONFORME DECIDIDO NA 8ª REUNIÃO, AGUARDANDO RECOLOCAÇÃO NESTE ARTIGO)

I – Privar os animais de receber água, alimento e abrigo das intempéries, em desacordo com suas necessidades etológicas, observando as exigências peculiares de cada espécie;

II – Priva-los de instalações que atendam às condições ambientais, de higiene, comodidade, circulação de ar e ou temperatura adequadas, observando as exigências peculiares de cada espécie.

(REVISÃO) PAROU AQUI – 11 DE JANEIRO DE 2007
PRÓXIMA REUNIÃO – 10º GT: DIAS 14 E 15 DE MARÇO DE 2007

I – No Âmbito Geral:

a) submetê-los a qualquer prática que cause estresse, medo, dor, sofrimento, lesão ou ferimento desnecessários, seguido ou não de morte;

b) qualquer ação que possa ferir ou mutilar o animal, exceto em procedimentos técnicos executados por profissional legalmente habilitado e conforme regulamentação do conselho de classe competente;

c) abandonar, em qualquer situação, animal sob sua responsabilidade, principalmente aqueles feridos, doentes, idosos ou acidentados; **(AGUARDANDO DEFINIÇÃO DO GT)**

d) deixar de dar morte rápida e livre de sofrimentos a todo animal cuja morte seja comprovadamente necessária;

e) provocar a morte do animal, sem interferência médico-veterinária comprovada por meio de laudo específico que ateste a sua necessidade, salvo os casos previstos na legislação vigente;

f) deixar de socorrê-los ou buscar socorro, no caso de atropelamento ou acidentes, quando autor da ocorrência, ou autoridade no exercício de suas funções;

g) expor animais publicamente em espetáculos circenses ou similares fazendo-os apresentar comportamento não-compatível com as características biológicas da espécie; **(ABRASE E MP SÃO FAVORÁVEIS À EXCLUSÃO DESTA ALÍNEA POR ENTENDEREM SER SUBJETIVA)**

h) o abate de animal, pelo órgão competente, encontrado abandonado sem que o Poder Público conceda um prazo mínimo de 7 (sete) dias para que se localize o proprietário ou o responsável pelo animal ou, nessa impossibilidade, e dentro do mesmo prazo, até que o animal seja entregue a pessoa, física ou jurídica, que por ele possa responsabilizar-se;

h) matar animal encontrado abandonado sem que o Poder Público conceda um prazo mínimo de 5 (cinco) dias, para animais sem identificação individual ou marcados e de 7 (sete) dias para animais com identificação ou marcados, contados da apreensão, para que se localize o proprietário ou algum responsável pelo animal; **(PROPOSTA IBAMA – NÃO FOI CONCLUÍDA) SEM CONSENSO**

i) oferecer alimento sem autorização expressa, quando em visita a jardins zoológicos, Unidades de Conservação ou local de visitação pública onde se mantém animal cativo ou atirar objeto na direção de animais; e

j) oferecer alimento sem autorização expressa a animais silvestres em vida livre, nas áreas públicas e Unidades de Conservação.

II – Na manutenção:

a) criá-los em lugares impróprios, anti-higiênicos ou insalubres ou que lhes privem de descanso, ar suficiente ou luz adequada à biologia da espécie;

b) mantê-los contidos em tempo superior ao necessário em procedimentos, transporte, ou sem abrigo contra intempéries;

c) privar-lhes de alimento ou água suficientes, de boa qualidade e adequados à espécie, profilaxia inclusive toda a assistência necessária, por profissional legalmente habilitado, ao seu bem-estar;

d) encerrá-los juntos ou mantê-los próximos a outros animais que possam aterrorizá-los, feri-los, molestá-los, agredi-los, mutilá-los ou matá-los, com dolo;

e) amarrar os membros dos animais de forma a evitar ou limitar sua locomoção, excetuando-se a contenção pelo tempo necessário à ordenha, procedimentos médico-veterinários ou transporte; **(AGUARDANDO CONCLUSÃO)**

f) privar-lhes de espaço necessário à locomoção, impossibilitando de movimentar-se de acordo com as suas características morfológicas, biológicas e **etológicas, respeitadas as definições do anexo x;**

g) (AGUARDANDO PROPOSTA SOBRE A QUESTÃO SONORA)

III - Na Utilização:

a) obrigá-los a executar trabalhos ou treinamentos excessivos ou superiores às suas forças ou que prejudiquem seu bem-estar ou sem dar-lhes intervalos de repouso e a todo o ato que resulte em

sofrimento para deles obter esforço ou condicionamento que não se lhes possam exigir senão por castigo ou outros estímulos;

b) utilizá-los em serviços, competições, torneios ou quaisquer outras práticas de esportes quando jovens demais, velhos, enfermos, feridos sem condições físicas adequadas ou em avançado período de prenhez ou incubação, que corresponda ao terço final da gestação ou choco;

c) manejá-los ou utilizá-los em serviços ou para a prática de esportes, sem as cautelas e apetrechos indispensáveis à sua proteção e bem-estar;

d) manejá-los sem os apetrechos que os defendam de acidentes, escoriações, contusões ou ferimento

e) adestrá-los com métodos que os submetam a sofrimento ou dor ou com o uso de coação, medo, instrumentos, truques ou substâncias que possam causar alteração comportamental, ferimento ou morte;

f) promover feiras de filhotes ou expô-los à venda em qualquer local, sem que estejam devidamente imunizados com todas as doses de vacina estipuladas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); **(MELHORAR A REDAÇÃO)**

g) utilizar animais como brinde, doando-os em mercados, feiras, exposições e eventos similares; **(MELHORAR A REDAÇÃO)**

h) vender ou doar animais a menor de idade desacompanhado de seu responsável legal; **(MELHORAR A REDAÇÃO)**

i) promover ou provocar acrobacias ou arremessar animais em estádios;

(ABRASE E SEPDA NÃO CONCORDAM POR ENTENDEREM SE TRATAR DE NORMA ESPECÍFICA)

j) promover, permitir, patrocinar, incitar, participar ou compactuar com competições, diversões e exibições entre animais, ou esses e os seres humanos que causem sofrimento físico ou psicológico bem como lutas, farras-do-boi, vaquejada, touradas e similares, ou ainda treinamento para tais fins;

l) ministrar substância(s) química(s) sem indicação técnica de profissional legalmente habilitado;

m) fornecer animal vivo à alimentação de outros animais, sem justificativa técnica;

n) obrigar animal, por meios mecânicos, químicos ou outros métodos a comer além de sua capacidade, a não ser em casos de procedimentos zootécnicos ou veterinários realizados para o bem exclusivo do animal;

n) obrigar animal, por meios mecânicos, a ingerir alimentos além de sua capacidade; **SEM CONSENSO**

o) deixar de ordenhar animal de aptidão leiteira, em período de lactação e que não esteja amamentando, por mais de 24 horas ou fazê-lo de forma inadequada, com aparelho inapropriado ou desregulado;

o) deixar de ordenhar animal de aptidão leiteira em produção e que não esteja amamentando, resultando em sofrimento, dor ou desconforto; **SEM CONSENSO**

p) na preparação de animais para o consumo e uso, não promover a sua dessensibilização prévia, quando existirem métodos eficientes para isso, ou promover sangria que não seja para fins veterinários, exceto em sistemas industriais de abate;

q) o abate de animais para o consumo ou por motivo sanitário em descordo com o previsto na legislação específica; e

r) promover o sacrifício religioso de animais com sofrimento.

IV - No Transporte:

a) obrigar o animal a acompanhar veículo automotivo em locomoção ou qualquer outro veículo cuja velocidade exceda a capacidade de corrida do animal;

a) sujeitar o animal a acompanhar veículo automotivo em locomoção;

a) obrigar o animal a acompanhar veículo automotivo em locomoção;

a) retirada

SEM CONSENSO NESTE ITEM

b) descer ladeiras com veículos de tração animal sem utilização dos respectivos dispositivos de frenagem nas rodas;

c) amarrar animais à cauda de outros;

d) conduzir animal à pé, sem lhe dar descanso, água e alimentação adequados, considerando os parâmetros a serem definidos;

e) fazer viajar animal a pé por mais de 6 (seis) horas contínuas sem lhe dar água, alimentos e descanso;

f) conduzir animais, por qualquer meio de locomoção, colocados de cabeça para baixo, de membros atados, ou de qualquer outro modo que lhes cause sofrimento;

f) conduzir animal, colocados de cabeça para baixo, ou de membros atados;

f) conduzir animal, colocados de cabeça para baixo, de membros atados, ou de qualquer outro modo que lhe cause sofrimento; **(SEM CONSENSO)**

g) transportar animais em recintos desproporcionais ao seu tamanho ou sem arejamento suficiente, bem como mantê-los embarcados por mais de 12 (doze) horas sem água e alimento;

h) transportar animal em desacordo com o estabelecido no **ANEXO xxxxx**;

i) transportar animal excessivamente magro, em desacordo com a sua raça ou espécie, doente, ferido ou acima de dois terços de gestação, exceto para atendimento veterinário;

j) utilizar para tração de veículos, instrumentos agrícolas ou industriais, animais que não sejam de espécies bubalinas, bovinas, eqüinas, asininas, caprinas, ovinos ou muares;

l) deixar de usar, quando com carga, em veículos de duas rodas de tração animal, escora ou suporte, tanto na parte dianteira quanto na traseira, quando o veículo estiver parado;

V - Na Ciência e no Ensino:

a) praticar qualquer tipo de experimento com animal, incluindo vivisseção, com fins científicos e didáticos, quando técnicas alternativas sejam conhecidas nos meios acadêmicos;

b) praticar a vivisseção sem acompanhamento de profissional legalmente habilitado e sem o uso de anestésico e analgésico adequados;

c) realizar vivisseção ou experimentos cruéis, conforme definido neste instrumento legal, no ensino fundamental e médio;

d) praticar experimento em animais, sem a adoção de normas recomendadas nacional ou internacionalmente;

e) praticar experimento ou ensino sem o devido planejamento que vise evitar ou minimizar a dor e o sofrimento do animal e sem adequar o tempo de duração, ao mínimo indispensável para a validação dos dados;

f) praticar qualquer experimento com animal para fins armamentistas; salvo em casos de segurança nacional

g) realizar pesquisa com animais sem o parecer favorável da Comissão de Zooética da Instituição responsável pelo experimento, com a respectiva exposição de motivos que justifique a relevância de sua realização;

g) realizar pesquisa com animais sem o parecer favorável da Comissão de Ética **(ANALIZAR A POSSIBILIDADE DO CONAMA INSTITUIR COMISSÕES NO AMBITO DO PODER PÚBLICO E PRIVADO)**.

g) realizar pesquisa com animais sem o parecer favorável da Comissão de Zooética **(ANALIZAR A POSSIBILIDADE DO CONAMA INSTITUIR COMISSÕES NO AMBITO DO PODER PÚBLICO E PRIVADO).SEM CONSENSO**

h) mutilar animais com o objetivo de identificação individual;

i) realizar teste de irritação ocular para quaisquer fins;

j) matar animais em laboratórios sem seguir especificações previstas no anexo I e Códigos de Zooética da instituição de ensino e pesquisas relacionadas, de forma a evitar sofrimento;

j) abater ou sacrificar animais em laboratórios sem seguir especificações previstas no anexo I e Códigos de Zooética da instituição de ensino e pesquisas relacionadas, de forma a evitar sofrimento; **(MAPA – SEM CONSENSO)**

k) submeter animais a intervenções cirúrgicas sem o acompanhamento de um médico-veterinário legalmente habilitado, de forma a reduzir a dor e possibilidade de complicações pós-operatórias;

l) realizar pesquisas que envolvam intervenções psíquicas e emocionais sem o parecer favorável da Comissão de Zooética da Instituição; **(MARCELO/IBAMA/MEC/MMA/MGDA)**

I) CNA/ABRASE/PREFEITURA-RJ – RETIRADA DA ALÍNEA POR ENTENDEREM NÃO SER COMPETÊNCIA DO CONAMA CRIAR COMISSÕES E PELA SUBJETIVIDADE DA MESMA)

m) realizar experiências com animais para fins comerciais, de propaganda armamentista e outros que não sejam de cunho científico-humanitário; **A FISCALIZAÇÃO DO IBAMA IRÁ PROPOR NOVA REDAÇÃO**

n) utilizar animal já submetido a outro experimento de vivissecção ou realizar experiência que cause dor ou sofrimento por tempo prolongado com o mesmo animal; **(ART 4º, LEI Nº6638/79) – CONSENSO PARA QUE ESTA ALÍNEA SEJA REMETIDA AO ANEXO, QUANDO ESTE FOR APRESENTADO**

o) provocar a morte de qualquer animal sem sua morte instantânea e sem sua prévia dessensibilização, por meios aceitos pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), salvo quando expressamente autorizados pelo órgão ambiental competente;

p) na prática de ensino, realizar cirurgias em animais para os quais os procedimentos não tenham indicação terapêutica;

q) replicar, para ensino, os experimentos comportamentais já descritos em literatura que impliquem em dor ou estresse, a partir de 1 (um) ano da publicação desta Resolução.

r) a utilização de animais em atividades de ensino, pesquisa e experimentação que incorram nas tipificações estabelecidas nos incisos anteriores desse artigo;

Art. 6º Fica obrigada a instauração de uma Comissão de Zooética nas instituições de ensino ou pesquisa, empresas, fundações e institutos que trabalhem com pesquisa e ensino com animais **(COM A RESPECTIVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS QUE JUSTIFIQUE A RELEVÂNCIA DE SUA REALIZAÇÃO OU NÃO) – CNA/ABRASE/PREFEITURA-RJ SÃO PELA EXCLUSÃO DO ARTIGO POR ENTENDEREM NÃO SER DE COMPETÊNCIA DO CONAMA CRIAR COMISSÕES)**

§ 1º - Compete à Comissão de Zooética:

a) verificar a habilitação e a capacitação profissional do pessoal encarregado de pesquisar ou prestar assistência aos animais;

b) verificar se estão sendo adotados os procedimentos para prevenir a dor e o sofrimento do animal;

c) verificar se o centro de pesquisa ou ensino possui os recursos materiais necessários, a fim de zelar pela saúde e bem-estar dos animais;

d) avaliar, referendando ou não, a relevância da pesquisa ou da prática de ensino;

e) exigir ajustes, quando necessário, na metodologia da pesquisa ou da prática de ensino;

f) solicitar, mediante fundamentação, a interrupção da pesquisa ou da prática de ensino e denunciar ao órgão competente qualquer desobediência a esta Resolução;

g) elaborar parecer constando, obrigatoriamente: a capacitação profissional do pesquisador, sua qualificação técnica, as condições do bem-estar do animal, a relevância e originalidade do experimento ou prática de ensino pretendido, a legislação em vigor e, em especial, esta Resolução.

§ 2º – Nas Universidades, a Comissão a que se refere o *caput* deste artigo deverá contar, obrigatoriamente, com direito à voz e voto, representantes do corpo docente, discente, organização não-governamental de proteção animal e outras representações da sociedade civil organizada:

I – Fica permitida a representação, por meio de eleição, dos cursos de biologia ou afins, Oceanografia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Medicina, Psicologia, Direito e Filosofia.

§ 3º – Nas demais organizações, a Comissão será composta por pelo menos:

a) 1 (um) representante da Empresa, Fundação ou Instituto;

b) 1 (um) médico veterinário registrado no CFMV ou CRMV, que não deve ser vinculado à Instituição responsável pela pesquisa;

c) 1 (um) representante de Organizações Não-Governamentais de Proteção Animal.

OBSERVAÇÕES:

COM RELAÇÃO AO 8º ARTIGO, ABAIXO, A PROPOSTA APRESENTADA PELO MARCELO ALMEIDA (IBAMA) SERÁ ANALISADA E APRESENTADA NA PÁGINA DO CONAMA

Art. 8º Os recintos destinados à manutenção de animais em cativeiro, independente da sua finalidade, deverão seguir o disposto neste artigo:

§ 1º Das dimensões dos recintos (jaula, terrário, fosso, viveiro, gaiola, dentre outros):

I – Os invertebrados (exceto os moluscos cefalópodes) deverão ter um terrário ou aquário com dimensões mínimas de 45 cm de comprimento, 30 cm de largura e 30 cm de altura;

II – Os recintos para cefalópodes deverão obedecer às mesmas especificações estipuladas para os vertebrados;

III – Os recintos dos vertebrados deverão possibilitar um espaço necessário à locomoção:

a) será considerada unidade de medida o comprimento médio do indivíduo adulto da espécie, citado em bibliografia científica;

b) as dimensões do recinto deverão, no mínimo, corresponder ao comprimento equivalente a dez vezes a unidade de medida, largura equivalente a cinco vezes a unidade de medida e a altura correspondente a sete vezes a unidade de medida;

c) para serpentes e jacarés poderá ser considerado 1/3 (um terço) da unidade de medida. No caso dos peixes poderá ser considerada meia unidade de medida.

§ 2º Em caso de criação de casal no mesmo recinto, as medidas poderão ser as mesmas utilizadas para a criação individual;

§ 3º Em caso de reprodução, enquanto perdurar os cuidados parentais referentes à alimentação, será obedecido o disposto no § 2º.

§ 4º Para cada novo indivíduo no recinto, excetuando-se o preposto no § 3º, as dimensões deverão ser acrescidas em 10% (dez por cento);

§ 5º A partir da publicação desta Resolução, os espécimes adquiridos deverão ser mantidos em recintos de acordo com este artigo.

§ 6º Aqueles que já possuíam plantel quando da publicação desta Resolução deverão:

I – adequar o recinto no prazo máximo de 1 (um) ano da publicação desta Resolução, em caso de manutenção de um espécime ou dois, desde que no mesmo recinto;

II – os criadores que mantêm dois espécimes, em recintos separados, deverão: adequar 50% (cinquenta por cento) de seus recintos no primeiro ano da publicação desta Resolução e, o outro, até o término do segundo ano;

III – os criadores que mantêm mais de dois espécimes, em recintos separados, deverão: adequar 30% (trinta por cento) de seus recintos no primeiro ano da publicação desta resolução, 50% (cinquenta por cento) do restante no segundo ano e os demais até o término do terceiro ano;

§ 7º Os vertebrados expostos em lojas, desde que a permanência no local não seja superior a três meses, poderão ser mantidos em recintos 40% menores que o estipulado neste artigo.

§ 8º Para os invertebrados e vertebrados terrestres deverá haver água sempre disponível.

§ 9º O presente artigo somente não será aplicado às criações intensivas de animais domésticos de produção e àquelas já previstas em regulamentação específica.

CNA/ABRASE/PREFEITURA – RJ/ZOO – RJ/MAPA SÃO FAVORÁVEIS À RETIRADA DESTE ARTIGO

FAUNA – IBAMA/OCA BRASIL SÃO FAVORÁVEIS A LEVAR OS INCISOS I, II E III PARA O ART. 5º E RETIRAR O INCISO IV

FISCALIZAÇÃO – IBAMA / MP-RS / MGDA / ONG Bichoterapia / WSPA / Proanima SÃO FAVORÁVEIS A LEVAR OS INCISOS I, II E III PARA O ART. 5º E MANTER O INCISO IV

Art. 9º Será passível de punição toda empresa que utilizar o sistema intensivo de produção animal que não cumprir o seguinte requisito:

Parágrafo único – Deixar de fornecer informações de maneira clara e visível (correspondente a no mínimo 10% do tamanho do rótulo) quanto ao sistema de criação, dieta e métodos de abate empregados na produção dos produtos e subprodutos provenientes de animais, no prazo máximo de 1 (um) ano a partir da publicação desta Resolução. **(O MAPA ENVIARÁ MANIFESTAÇÃO JURÍDICA SOBRE ESTE ASSUNTO)**

Art. 10 O Produto final para consumo humano deverá fornecer informações de maneira clara e visível quanto ao sistema de criação, dieta e métodos de abate empregados na produção dos produtos e subprodutos provenientes de animais, no prazo máximo de 1 (um) ano a partir da publicação desta resolução. **(CGFIS-IBAMA ENCAMINHARÁ PROPOSTAS DE DETALHAMENTO DE TIPOS DE SISTEMA DE CRIAÇÃO, DIETA E METODOS DE ABATE PARA SER DISCUTIDO)**

CNA/ABRASE/PREFEITURA–RJ/ZOO–RJ/MAPA CONTRÁRIOS AO ART. 11

Art. 11. Decorrido um ano, a partir da publicação desta Resolução, ficam as empresas que utilizam animais para testes ou desenvolvem produtos a partir de insumos que são testados em animais, obrigadas a informar ao consumidor as espécies utilizadas (nome popular e científico) e os tipos de testes.

Art. 12. Ao expor animais em locais públicos para fins de venda, atenderão ser atendidas as seguintes regras:

§ 1º Laudo veterinário que ateste as boas condições sanitárias do(s) animal(is), salvo aqueles que já possuem legislação sanitária específica, previamente à exposição.

§ 2º O local de exposição do animal deverá possuir responsável técnico que ateste as condições adequadas do local e sanidade dos animais.

§ 3º As lojas somente poderão expor animais para a venda se possuírem seção específica para este fim.

§ 4º O tempo de exposição do animal à visitação pública deverá ser previsto no laudo do responsável técnico.

Art. 13. Do animal apreendido:

I – os animais deverão ser apreendidos, em definitivo, pelo órgão competente nos casos de infração ao art. 5º, inciso I, alínea “c”, inciso III, alínea “g” e “j” e todo o inciso V. **(CHECAR AS REFERÊNCIAS NO ART. 5º)**

II – se doméstico, o animal será entregue a jardins zoológicos, organizações, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas para destinação cabível

Art. 14. Da operacionalização: O encaminhamento penal dos crimes cometidos contra a fauna é de competência da esfera municipal, ou quando necessário, da estadual ou ainda, em caráter supletivo, da federal.

Art. 15. Todo aquele que infligir maus-tratos a animais sujeita-se às sanções penais e administrativas previstas nos arts. 32 e 72 da Lei nº 9.605 de 1998 e art. 2, § 10 e art. 17 do Decreto nº 3.179 de 1999, que a regulamenta.

Art. 16. Identificada a infração, a penalidade deverá ser aplicada a despeito de fazer-se cessar os maus-tratos, ficando os responsáveis pelo crime obrigados a fornecer de imediato a assistência médico-veterinária necessária, bem como custear as despesas para a sua manutenção até que pessoa física ou jurídica se responsabilize definitivamente pelo animal.

Parágrafo único – No caso de impossibilidade imediata, justificada por parte do infrator em atender ao *caput* do artigo, fica o poder público obrigado a suprir as necessidades do espécime apreendido, sem prejuízo de futuras cobranças judiciais.

PREFEITURA – RJ/ABRASE/CNA – PELA RETIRADA DO ARTIGO

Art. 17. São solidariamente passíveis de multa e detenção tanto os proprietários de animais quanto os que os tenham sob guarda, posse ou uso, desde que comprovada omissão ou conivência aos atos não permitidos na legislação em vigor.

Art 18. A utilização de veículos de tração animal em vias públicas deve obedecer ao Código Nacional de Trânsito, visando à segurança animal e à diminuição do risco de acidente(s), sob pena de apreensão do animal.

Art 19. Os Art. 9º, 11 e xx (?) entrarão em vigor no prazo de um ano após a publicação desta resolução.

Art 20. Os processos administrativos envolvendo a autorização de uso, guarda, criação, lazer e exibição de animais silvestres devem estar acompanhados de orientações para o público diretamente relacionado a estas atividades a respeito da natureza destes animais e sobre as implicações desta natureza para os hábitos, comportamento e necessidades dos animais. **(MELHORAR A REDAÇÃO – MEC)**

Art 21. O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e os órgãos integrantes do SISNAMA deverão realizar campanhas permanentes de Educação Ambiental para a transformação de valores e condutas relacionadas à proteção, cuidado, respeito, direitos e à guarda responsável de animais por seus proprietários, possuidores e guardiães.

Art 22. Utilizar animais em espetáculos, desfiles, demonstrações, = filmagens, gravações de vídeo com fins de exibição pública informando a autoridade competente, conforme dispuser regulamento específico. **(A SER DISCUTIDO)**

Art 23. Prazo de 90 dias para adequação das atividades a partir da publicação desta resolução.

Art 23. Prazo de 180 dias, prorrogável por mais 180 dias, para adequação das atividades a partir da publicação desta resolução. **(PROPOSTA CNA)**

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marina Silva
Presidente do Conselho